

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.683 - SC (2019/0200416-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**EMBARGANTE** : **JOÃO ADÃO MARCOSKI**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO NORBERTO COELHO NETO - SC005596**  
GRACIANE TAÍS ALVES E OUTRO(S) - SC021636  
FABIANE DALMÔNICO - SC022581  
GEOVANI COELHO - SC005987  
**EMBARGADO** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VÍCIOS INEXISTENTES. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração contra decisão que deu provimento ao recurso especial interposto pela Autarquia Previdenciária (fls. 101-106), uma vez que julgado em dissonância com a orientação firmada na maciça jurisprudência desta Corte, que se firmou no sentido de que, "nas hipóteses em que o Segurado não completou tempo de contribuição suficiente para aposentar em nenhuma das atividades concomitantes, será considerada como atividade principal, para fins de cálculo do benefício, aquela que detém o maior proveito econômico" (REsp 1.390.046/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 6/12/2017; REsp 1.664.015/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/6/2017; REsp 1.419.667/PR, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 23/8/2016; REsp 1.523.803/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 4/9/2015; e REsp 1.311.963/SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 6/3/2014).

O embargante sustenta, em síntese, violação do artigo 1.022, parágrafo único, incisos I e II, c/c artigo 489, §1º, e incisos, ambos do Código de Processo Civil de 2015, suscitando a presença de erro e contradição, entre o dispositivo e a ementa da decisão recorrida (fls. 108-110).

Com impugnação.

É o relatório.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o magistrado de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

No caso, a irresignação merece parcial acolhimento para sanar erro material verificado na EMENTA da decisão embargada.

Desta feita, onde se lê: "acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência do STJ", **corrija-se para: "acórdão recorrido em dissonância com a jurisprudência do STJ"**.

Nesse contexto, corrigido o erro material, a ementa da decisão embargada (fl. 101),

passa a ter a seguinte redação:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CRITÉRIO DO CÁLCULO DE BENEFÍCIO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. ATIVIDADE PRINCIPAL PARA CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. CRITÉRIO DO MAIOR PROVEITO ECONÔMICO. **ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.** RECURSO PROVIDO.

Ante o exposto, **acolho, em parte**, os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, tão somente para retificar a "EMENTA" da decisão embargada, mantendo-se, quanto ao mais, os termos da decisão embargada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator